Modalidades de pagamentos e a propensão ao endividamento pelas famílias Santa-rosenses

Claudio Edilberto Höfler

Marco Antônio da Costa Malheiros

Nueva Kuhn

Luiz Ariel de Oliveira Tibola

RESUMO: Este estudo analisou a frequência com que são utilizadas diferentes modalidades de pagamento e os aspectos que envolvem o endividamento de famílias no município de Santa Rosa, localizada na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Foi analisado o perfil dos participantes por meio das variáveis: sexo, escolaridade, renda, número de dependentes familiares e a frequência de uso dos pagamentos nas modalidades à vista, cartão de crédito e débito, cheque pré-datado e crediário, bem como as principais causas que levam as famílias ao endividamento. O estudo contempla uma abordagem quantitativa, realizado no período de março e abril de 2016. Foram entrevistadas 190 pessoas sobre a origem de suas dívidas, o valor das dívidas a vencer, previsão de tempo para quitá-las e os motivos que as levam a atrasar seus pagamentos. Os resultados demonstraram que a maior parte dos participantes (67%) nunca utilizou cartão de débito em seus pagamentos; 45,6% têm por hábito em utilizar o cartão de crédito; e que 46,2% optam por pagar em dinheiro. Quanto ao crediário, percebeu-se que 43,4% têm por hábito utilizá-lo constantemente em suas compras e, quanto às dívidas vencidas, percebeu-se que em sua maioria (57,1%) o montante em débito é menor que R\$ 788,00. Como conclusão percebeu-se que os principais motivos no atraso das dívidas estão relacionados à falta de planejamento familiar e ao desemprego e/ou queda de renda.

Palavras-chave: Cartão de Crédito. Crediário. Endividamento. Planejamento.

ABSTRACT: This study analyzed the frequency with which different payment methods are used and the aspects that involve the indebtedness of families in the municipality of Santa Rosa, located in the Northwest region of the State of Rio Grande do Sul, Brazil. The profile of the participants was analyzed by means of the following variables: gender, schooling, income, number of family dependents and frequency of use of payments in cash, credit and debit cards, post-dated check and credit, as well as the main causes that lead families to debt. The study contemplates a quantitative approach, carried out in the period of March and April of 2016. 190 people were interviewed about the origin of their debts, the value of the debts to be due, the forecast of time to remove them and the reasons that lead them to delay their payments. The results showed that most participants (67%) never used a debit card in their payments; 45,6% have a habit of using credit cards; and that 46,2% choose to pay cash. As for the credit, it was noticed that 43,4% have a habit of using it constantly in their purchases and, in relation to the debts due, it was noticed that in the majority (57,1%) the amount in debt is less than R\$ 788,00. As a conclusion it was realized that the main reasons for the delay in debt are related to lack of family planning and to unemployment and/or falling income

Keywords: Credit Card. Credit. Indebtedness. Planning.

Recebido em: 07/03/2018

Aprovado em: 09/12/2018

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editores Científicos: Maria Aparecida de Souza Melo e Simone Pereira Silva Bastos

1 INTRODUÇÃO

Os incentivos fiscais e o quadro estável da economia brasileira vêm estimulando o consumo dos brasileiros, de maneira que muitas pessoas acabam se endividando sem terem como saldar suas dívidas (BRAIDO, 2014). Vieira, Roma e Ferreira (2014) descreveram que entre os anos de 2005 e 2012 houve uma redução das taxas de juros por parte do governo, o que efetivamente aumentou o mercado de crédito pessoal, ampliando a expansão monetária e alterando as taxas das operações de crédito, o que levou ao aumento substancial no consumo de produtos e serviços.

As possibilidades de os consumidores satisfazerem suas necessidades ou desejos mesmo sem ter disponibilidade financeira no momento da aquisição estão cada vez maiores. No atual quadro é possível não apenas comprar em dinheiro, como também por meio de crediário e do uso de cartões de crédito, o que amplia a proporção de dívidas em relação às rendas. “Com a maior facilidade de contratação de crédito e com a escolha por obrigações situadas cada vez mais no longo prazo, as famílias brasileiras têm ampliado a proporção entre o valor total de suas dívidas e a renda, relação essa intitulada de Índice de Endividamento Familiar” (VIEIRA; ROMA; FERREIRA, 2014, p. 141).

Nesse contexto, pode-se mencionar o âmbito familiar como um segmento que acaba sofrendo rotineiramente com a incapacidade de sanar suas dívidas. Conforme Thier (2017), o endividamento familiar é a incapacidade das famílias de conseguirem pagar as dívidas contraídas, acabando endividadas com o passar do tempo. A autora mencionou que fatores como o desemprego, doenças prolongadas,

divórcio e maus investimentos muitas vezes figuram entre as principais causas de endividamento familiar.

Valente (2013) destacou que as famílias estão em situação de endividamento devido ao fácil acesso ao crédito que aumentou consideravelmente nos últimos anos, pois a concessão de crédito passou a alcançar não apenas as classes mais favorecidas, mas todos os grupos de consumidores.

Percebe-se que o comportamento de consumo e de endividamento pode estar ligado a vários fatores e pode ser determinado pela idade, escolaridade e gênero. Com o crescente aumento de concessão de créditos por meio de diversas formas de financiamentos para pessoa física, como por exemplo, por meio do cheque especial, cartão de crédito, crédito pessoal, crédito consignado (sendo o último o mais procurado pelos consumidores por seu menor risco) têm-se observado simultaneamente um aumento significativo no comprometimento da renda das pessoas (FLORES, 2012).

Desta maneira, as questões que contemplam os aspectos comportamentais e socioeconômicos são consideradas fatores capazes de impulsionar as famílias ao endividamento. O estudo de Potrich *et al.* (2016), em uma amostra de 2.391 indivíduos, realizado na Mesorregião Centro Ocidental do estado do Rio Grande do Sul, por meio da análise das variáveis gênero, idade, número de dependentes, escolaridade, ocupação e renda, demonstrou que aspectos referentes ao perfil interferem substancialmente na probabilidade de uma pessoa endividar-se ou não. Segundo os autores, “os que possuem dependentes, não possuem uma ocupação, têm menores níveis de idade, escolaridade e renda familiar são os que apresentam maior propensão ao

endividamento” (POTRICH *et al.*, 2016, p.85).

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada anualmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2017), com aproximadamente 18 mil consumidores em todas as capitais dos Estados brasileiros, no mês de julho do ano de 2017 o percentual de famílias endividadas aumentou cerca 57,1% em relação à pesquisa realizada no mesmo período do ano anterior.

No Estado do Rio Grande do Sul (RS), o endividamento das famílias gaúchas chegou a 67,8% em junho de 2017, evidenciando o cartão de crédito, com 85,1%, como principal meio na formação de dívidas dos gaúchos (PEIC, 2018).

Santa Rosa é um município polo da região fronteira noroeste do RS, tem a economia pautada na agropecuária, agricultura (com destaque na produção de soja), suinocultura, leite, polo metal-mecânico (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA, 2018), destacou-se como 69^a colocada no *ranking* das cidades mais desenvolvidas do Brasil, conforme dados de 2016, elaborados pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que considera três fatores de análise: emprego e renda, educação e saúde (IFDM, 2018). Caracterizado como polo econômico da região, é sede de várias empresas de expressão que disponibilizam ampla mão de obra para trabalhadores de vários segmentos.

Este estudo tem como base analisar como as pessoas estão se comportando frente ao estímulo econômico no município de Santa Rosa/RS, partindo-se da seguinte questão problema: quais os motivos que estimulam a propensão ao endividamento das famílias santa-rosenses?

O endividamento pode ser considerado um verdadeiro labirinto, mais

comum do que se imagina devido ao crédito fácil, pela falta de planejamento e controle das receitas e compulsividade das pessoas, situações estas que podem gerar graves conflitos emocionais e até doenças.

Este artigo contempla a parte inicial introdutória, na sequência é apresentado o referencial teórico sobre o contexto pesquisado. O item três descreve os procedimentos metodológicos; no quatro estão descritos as análises e resultados e, por fim, a conclusão do estudo.

2 RENDA E CONSUMO

Em 1980, o brasileiro possuía renda até trezes vezes maior comparada aos demais países em desenvolvimento e emergentes, decaindo pela metade no decorrer destas três últimas décadas (1990, 2000, 2010). Por meio do índice de paridade do poder de compra (PPC), analisou-se que a China ultrapassou o poder aquisitivo em relação aos brasileiros nesses últimos anos. Essa mudança econômica do país está relacionada a diversos fatores, entre eles a instabilidade e a frequente corrupção nos cofres públicos (FRAGA; FAGUNDES, 2017). Na década de 1990, conforme Meressi, Souza e Silva (2016, p. 90), observou-se uma nova dinâmica no consumo por parte dos brasileiros:

Durante a década de 1990, a inflação foi a variável macroeconômica que mais atraiu a atenção dos economistas brasileiros. Com o Plano Real de estabilização, a inflação declinou a patamares aceitáveis. Todavia, nos primeiros anos que sucederam ao controle da escalada dos preços, o Brasil passou a conviver com elevada vulnerabilidade das contas externas, baixas taxas de crescimento da produção e desequilíbrio nas contas públicas. Este cenário, somado à incerteza decorrente da alternância de governo que resultaria na eleição do

presidente Lula, fez com que o Real se desvalorizasse acentuadamente nos anos 2002 e 2003 e as taxas de juros fossem alçadas a patamares insustentáveis nesse período, de modo a evitar maior fuga de capitais.

A partir de 2004, a expansão de crediário propiciou um aumento de consumo, pois segundo Paim (2015, p. 10-11), “tal movimento ocorreu como consequência da maior formalização do trabalho, da regulamentação do crédito consignado, da maior disponibilidade para abertura de conta [...] e, principalmente, da elevação da renda real”.

Até 2011, observou-se crescente mobilidade socioeconômica da população brasileira, mudança essa que possibilitou elevação no poder de consumo, visto que proporcionou maior poder aquisitivo a muitos consumidores (MERESSI; SOUZA; SILVA, 2016). Nesse sentido, segundo Meressi e Souza e Silva (2016 p.88), “esta situação tende a elevar o padrão de consumo, visto que o acesso a alguns bens, como máquina de lavar roupa, microcomputador, carro e outros novos objetos lançados ultimamente”.

No ano de 2012, evidenciou-se crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil de 0,9%, sendo considerado inferior em relação a 2011, com 2,7%; e 2010 com 7,5%. No que tange ao consumo das famílias, houve crescimento de 3,1%, relacionado à expansão salarial, redução de taxas e estímulos governamentais (BRASIL, 2013). Segundo Medeiros (2015, p. 264), “a relação entre o salário mínimo, a taxa de salários e a renda do trabalho autônomo constitui uma questão distributiva chave em uma economia com as características da brasileira”. Sobre os gastos domiciliares no Brasil, Mota (2002) discorre:

Levantamentos [...] dos gastos domiciliares no Brasil mostraram mudanças significativas nos padrões

de consumo no período 1986-1987/1995-1996. Ao mesmo tempo em que a população aumentou em 15% no período, entre os domicílios, o nível de propriedade de bens duráveis convencionais, [...] aumentou a níveis mais elevados. No caso dos aparelhos eletrodomésticos, este aumento é muito impressionante no agregado, como máquinas secadoras de roupa (173%), freezers (211%) e máquinas de lavar louça (275%), acusando níveis ainda mais altos nos grupos de renda mais baixa. Estas tendências conduzem, conseqüentemente, a um padrão de consumo mais intenso baseado em bens industriais, donde, com mais alta intensidade de energia (MOTTA, 2002, p. 3- 4).

A mudança de padrões de consumo direcionou ao endividamento dos brasileiros, e isso pode estar atrelado ao acesso ao crédito, com destaque especial para o cartão de crédito. Segundo Ribeiro e Lara (2016, p. 342), o comprometimento da renda das famílias entre 1965 e 2005 teve aumento significativo:

O aumento da porcentagem do comprometimento da renda das famílias com as dívidas, que passou de 62%, em 1965, para 127% em 2005, corresponde à criação de produtos e serviços financeiros, [...] seguros, créditos para compra de automóveis, créditos para estudos e cartão de crédito.

Segundo relatório emitido pela PEIC que reúne dados de todas as capitais dos Estados e Distrito Federal, realizado com 18 mil participantes, no mês de março no ano de 2018, o quantitativo de famílias endividadas manteve-se em 61,2%, mesmo percentual do mês de fevereiro. O relatório apontou, ainda, que 25,2% das famílias encontram-se com dívidas ou contas em atraso e que 10% não terão condições de pagá-las (CNC, 2018).

É possível perceber que o número de consumidores endividados aumentou de

2017 para o ano de 2018, no entanto, no que tange às suas dívidas ou contas em atrasos, os percentuais dos respectivos anos mantiveram-se estabilizados. Também é possível aferir que houve pequena queda no percentual de indivíduos que não terão condições de pagar suas contas neste comparativo. Neste sentido, Vieira, Flores e Campara (2014, p. 185), definiram o endividamento como:

O ato de assumir ou contrair dívidas, derivando do verbo endividar-se. Deve-se considerar a importância do tema em questão, pois o endividamento pode ser compreendido a partir da interdisciplinaridade, buscando suporte nas diversas áreas do conhecimento. Isto ocorre pela multidimensionalidade do endividamento, que pode ser causado por diversos aspectos, como a renda, fatores econômicos, uso inadequado do crédito, aspectos psicológicos, fatores comportamentais, entre outros.

De acordo com Zerrenner (2007), o endividamento compromete o orçamento familiar dos indivíduos e, ainda, pode gerar problemas de ordem psicológica, fazendo com que o sujeito se torne vulnerável a incidentes como: separação, desemprego, problemas de saúde, entre outros, em casos mais graves podendo até incapacitá-lo de executar tarefas diárias.

Becker *et al.* (2016) descreveram que a inadimplência consiste no não cumprimento de um contrato por parte do devedor que gere uma alteração do montante ou do momento em que o pagamento é feito ao credor.

A propensão ao endividamento pode ser desencadeada por diversas variáveis, relacionadas aos aspectos socioeconômicos, traços de personalidade, influências psicológicas, necessidades utilitárias e hedônicas, entre outros aspectos. No comportamento de consumo um indivíduo

tem suas motivações específicas, de acordo com sua classe social, estilo de vida, e sofre influências de grupos de referências, bem como da cultura da qual está inserido (KARSAKLIAN, 2012). Silva, Vieira e Faia (2012, p.218) descobriram em seu estudo que o nível de materialismo está diretamente ligado ao grau tanto de endividamento quanto de inadimplência dessas pessoas e “os principais resultados do trabalho confirmaram o impacto das opções de acesso ao crédito como possíveis preditores do endividamento e da inadimplência”.

O materialismo é definido por Richins e Dawson (1992), como o ato de um indivíduo atribuir tamanha importância à aquisição de bens materiais e que este se torna um dos principais objetivos de sua vida. Indivíduos que são altamente materialistas acreditam que a posse de bens materiais seja um indicador de sucesso e *status* social e a chave para a felicidade (RICHINS, 2004).

O estudo de Artifon e Piva (2014, p. 1) apontou que os fatores psicológicos estão diretamente relacionados a este processo:

O endividamento não é resultado de um fato isolado, contudo, a aquisição de novas dívidas, prioriza o consumo de itens supérfluos, o que evidencia a existência de fatores simbólicos no ensejo por comprar bens de consumo trazendo valor ao eu. Além disso, [...] as dificuldades econômicas potencializam problemas de cunho emocional, interferindo significativamente em diversos aspectos da vida do sujeito.

Para Borges (2010), a origem das dívidas, que muitas vezes levam ao endividamento, pode estar relacionada às formas de pagamentos preferidas pelos consumidores. Neste aspecto, salienta-se que dentre as diversas possibilidades disponibilizadas como modalidades de pagamentos, as mais usuais são o pagamento

à vista, cheque pré-datado, crediário, carnê, cartão de crédito e débito.

O pagamento à vista acontece quando é pago valor total a um credor. Entretanto, é importante destacar que isso não se limita somente ao pagamento em dinheiro (ou pagamento em espécie). Um pagamento à vista pode ser realizado de quatro maneiras: em dinheiro, cheque, cartão no débito ou cartão no crédito à vista. Todas estas formas são tidas como pagamento à vista pelo código de defesa do consumidor (CDC). Por esse motivo, muitos lojistas concedem descontos a quem paga efetivamente em dinheiro, pois isso elimina diversos custos para o vendedor (SILVA, 2013).

Conforme explicou Benfica (2012a), o termo pagamento em espécie é utilizado para dizer que se aceita apenas dinheiro (moedas ou cédulas) e nada mais que possa ser trocado por dinheiro. Todos os outros métodos de pagamento não são essencialmente dinheiro, mas suas representações.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2016), o crediário é muito utilizado no comércio e pode ser desenvolvido com recursos próprios da empresa ou de terceiros. O grande revés desse método de pagamento é a necessidade de as empresas realizarem a análise cadastral prévia dos clientes, a fim de evitar problemas com consumidores inadimplentes. Numa perspectiva econômica, de acordo com Paim (2015), o sistema de crédito é um importante mecanismo para estimular o consumo e o crescimento econômico do país.

Após uma evolução no sistema de moeda, originou-se o cheque, que nas palavras de Freire (2011), é uma ordem incondicional de pagamento à vista ou a prazo, do valor determinado por pessoa que mantém conta corrente em casa bancária,

devendo este emitente ter fundos o suficiente para se processar o pagamento do valor nele contido.

Percebe-se uma nova dinâmica com o surgimento do cartão de crédito em 1950 (LAFUENTE, 2016). O cartão de crédito pode ser considerado uma forma de pagamento, eletrônica ou não, que possibilita aos usuários realizar compras a crédito, isto é, comprar agora e pagar no futuro através de um boleto bancário (MIRANDA, 2010).

Conforme Benfica (2012b), o cartão de débito tem como finalidade movimentar a conta bancária a qual o mesmo está atrelado e, caso uma compra seja paga com este tipo de cartão, o dinheiro é descontado de sua conta na mesma hora.

Percebe-se que as mudanças no quadro econômico propiciaram uma nova dinâmica de consumo por parte das famílias, alterando hábitos, gostos e possibilitando novas tendências.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O município de Santa Rosa localiza-se na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, pertence ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Fronteira Noroeste, possui uma população de 72.919 habitantes (IBGE, 2018). Sua economia está pautada essencialmente no setor metal mecânico, produção de soja e leite, fatores que movimentam a circulação de dinheiro e estão atrelados à empregabilidade local.

Berté *et al.* (2015, p. 8-15) apresentaram a situação econômica do município em questão para o ano de 2012:

Em 2010, o COREDE possuía uma população de 203.494 habitantes, com uma proporção de 68% de moradores de áreas urbanas e 32% de áreas rurais. O principal centro

urbano é Santa Rosa, com uma população de 60.366 habitantes em 2010. [...] Em 2012, o município de Santa Rosa apresentava o maior PIB do COREDE Fronteira Noroeste com, aproximadamente, R\$ 1,9 bilhão, seguido por Horizontina, com R\$ 809 milhões e Três de Maio, com R\$ 518 milhões.

Com o intuito de analisar as modalidades de pagamento que estimulam a propensão ao endividamento das famílias santa-rosenses, esta pesquisa classificou-se como aplicada (PRODANOV; FREITAS, 2013; ZAMBERLAN, 2014), visto que por meio de um estudo de campo buscou-se identificar quais modalidades de pagamento são utilizadas pelos munícipes e como está atrelado ao endividamento de suas famílias.

No que tange a abordagem, trata-se de uma pesquisa quantitativa, pois apresenta o perfil dos participantes e comportamento de consumo quanto a modalidades de pagamentos efetuadas. Utiliza de uma amostra populacional que afere a confiabilidade da pesquisa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.69), “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”.

A fim de contemplar uma amostra significativa para a realização desta pesquisa, utilizou-se erro amostral de 10%, e um grau de confiança de 95% (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO, 2013). Quanto aos seus objetivos, utilizou-se de pesquisa descritiva (PRODANOV; FREITAS, 2013; ZAMBERLAN, 2014), visto a identificação de perfil, e comportamento de consumo dos questionados. Para os procedimentos técnicos, o uso de livros e periódicos para embasamento, com coleta de dados a campo, realizada com 190 pessoas, no período de março a abril de 2016, por meio de uma amostragem aleatória, o que possibilitou maior veracidade das opiniões das pessoas a

respeito da temática (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Este trabalho é parte integrante do projeto de pesquisa vinculado ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Santa Rosa, sob o título Diagnóstico dos Processos de Gestão Empresarial no Município de Santa Rosa/RS: um estudo aplicado às expectativas a partir dos segmentos empresariais, o qual se soma a outros trabalhos desenvolvidos a partir da investigação e coleta de dados primários. Este estudo contemplou a diversidade de classe social, diversidade de estilos de vida, gênero e faixa etária. O processamento dos dados seguiu as etapas de verificação, digitação e tabulação por meio do *Software Microsoft Excel*.

Relativo à coleta dos dados, permitiu conhecer o perfil dos participantes em relação às suas características envolvendo: sexo; escolaridade; renda familiar mensal e número de dependentes no âmbito familiar e a frequência de uso dos pagamentos em suas compras nas modalidades: à vista, cartão de crédito e débito, cheque pré-datado e crediário. Para analisar a frequência com que os participantes utilizam as modalidades de pagamento, utilizou-se uma escala tipo Likert com opções que variaram de 1 a 5 (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO, 2013), em que 1 significava “nunca”, 2 “quase nunca”; 3 “raramente”; 4 “quase sempre” e 5 “sempre”.

Para investigar a propensão ao endividamento dos participantes, estes foram questionados a respeito da origem de suas dívidas, o valor das dívidas a vencer, a previsão de tempo para quitá-las e por quais motivos atrasam seus pagamentos. A tabulação dos dados foi realizada com auxílio da planilha *Excel* e a análise dos dados buscou contemplar as especificidades do estudo por meio de uma análise descritiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No município de Santa Rosa/RS, a pesquisa contou com a participação de 190 pessoas, das quais 64,3% pertenciam ao sexo feminino e 35,7% ao sexo masculino. No que tange à renda mensal familiar, 34,6% declararam possuir entre R\$ 789,00 a R\$ 1.586,00; 33% entre R\$ 1.577,00 a R\$ 3.152,00; 10,4% até R\$ 788,00; 9,4% entre R\$ 3.153,00 e R\$ 4.728,00; 6,6% entre R\$ 4.729,00 e R\$ 6.304,00, e 6% mais que R\$ 6.305,00.

Percebeu-se que 67,6% dos questionados recebem uma receita familiar que varia entre R\$ 789,00 a R\$ 3.152,00, o que corroborou com os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para este recorte temporal de 2016. Dados publicados pelo IBGE, para o ano de 2016, demonstraram que metade da população brasileira ganhava menos que R\$ 747,00 (CAMPOS, 2017).

No campo de estudos de comportamento atrelado ao consumo e renda, o grau de escolaridade está intrinsecamente relacionado ao maior ou menor grau de endividamento. Nesse aspecto, Bortoluzzi *et al.* (2015, p. 116) descobriram que “o nível de escolaridade pode afetar o modo como o indivíduo trata das suas finanças. Quanto maior o grau de instrução, menor a incidência entre o grupo de pessoas com atraso de pagamentos”.

Pertinente à escolaridade, 10% dos entrevistados informaram possuir ensino médio incompleto; 10,4% ensino superior completo; 20,2% possuem ensino superior incompleto (licenciatura, bacharelado e tecnólogo); 29,4% possui ensino fundamental (completo e incompleto), e 30% ensino médio completo. Analisou-se que do universo dos entrevistados, a maioria possui ensino fundamental e médio, conforme melhor exemplificado na tabela 1.

Tabela 1 – Perfil dos participantes do estudo (N = 190).

Sexo	
Mulheres	64,3%
Homens	35,7%
Renda familiar	
Menos de R\$ 788,00	10,4%
R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00	34,6%
De R\$ 1.577,00 a R\$ 3.152,00	33,0%
De R\$ 3.153,00 a R\$ 4.728,00	9,4%
De R\$ 4.729,00 a R\$ 6.304,00	6,6%
Mais de R\$ 6.305,00	6,0%
Escolaridade	
Ensino fundamental incompleto	24,4%
Ensino fundamental completo	5,0%
Ensino médio incompleto	10,0%
Ensino médio completo	30,0%
Ensino superior incompleto	20,2%
Ensino superior completo	10,4%

Fonte: dados da pesquisa.

Um dos pressupostos do estudo foi analisar como são constituídas as células familiares dos participantes da pesquisa. Sabe-se que uma família pode ser estruturada em diferentes formas e é considerada uma célula social em que um membro influencia o outro nas decisões de compra (KARSAKLIAN, 2012). No que tange a este aspecto, percebeu-se que quanto ao número de pessoas que compõem o quadro familiar e que, respectivamente, dependem da renda da família, 8% são responsáveis pelo sustento de cinco pessoas ou mais em sua unidade familiar; 16% são responsáveis pela subsistência de quatro pessoas; 20% dos participantes residem sozinhos; 26% são responsáveis pelo provimento de duas pessoas; e 30% dos entrevistados são responsáveis pela manutenção de três pessoas em seu âmbito familiar. Em uma análise sistêmica verificou-se que maior parte dos entrevistados tem em seu núcleo familiar de duas a três pessoas.

Quanto à utilização do cartão de crédito, este ainda é um fator preocupante, principalmente quando as pessoas não planejam seus gastos e despesas. Até o mês de julho do ano de 2017, aproximadamente 57% das famílias brasileiras possuíam dívidas entre cheque, cartão de crédito e prestação de carro. No entanto, apesar desta alta o número de famílias com contas em atraso diminuiu de 2016 para 2017 (CNC, 2017).

No relatório realizado em 2018 pela CNC em nível nacional, os dados apontaram que o cartão de crédito ainda é uma das principais formas de pagamento utilizadas que desencadeiam para o endividamento dos consumidores, conforme segue relatado.

O cartão de crédito foi apontado em primeiro lugar como um dos principais tipos de dívida por 76,4% das famílias endividadas, seguido por carnês, para 16,6%, e, em terceiro, por crédito pessoal, para 10,4%. Para

as famílias com renda até dez salários mínimos, cartão de crédito, por 77,1%, carnês, por 17,8%, e crédito pessoal, por 10,3%, são os principais tipos de dívida apontados. Já para famílias com renda acima de dez salários mínimos, os principais tipos de dívida apontados em março de 2018 foram: cartão de crédito, para 73,3%, financiamento de carro, para 19,7%, e financiamento de casa, para 16,7% (CNC, 2018).

A tabela 2 apresenta as formas de pagamento utilizadas relativo à frequência com que os entrevistados utilizaram o cartão de débito, crédito, crediário, cheque pré-datado e compras à vista. A respeito da frequência com que utilizam o cartão de débito para as compras à vista; 3,3% quase nunca utiliza; 5,0% raramente utilizam; 5,5% declararam utilizar sempre; 19,2% utilizam quase que continuamente, e 67,0% dos questionados quase nunca, ou raramente, utilizam o cartão de débito como método de pagamento/compras.

Relativo ao cartão de crédito como forma de pagamento em suas compras, 3,3 % quase nunca utiliza; 7,7% raramente utiliza; 17,6% quase sempre utiliza; 28,0% afirmaram que sempre utilizam o cartão de crédito em suas aquisições, e 43,4% disseram nunca utilizar deste método. De acordo com a análise, pertinente aos entrevistados que não utilizam cartão de crédito, percebe-se que este fator pode estar diretamente relacionado ao receio de endividar-se ou perder o controle financeiro, visto que 45,6% têm por hábito utilizar o cartão de crédito.

No tocante à utilização do crediário como forma de pagamento de compras, 7,7% quase nunca utiliza; 8,8% raramente; 21,4% utilizam quase sempre; 22,0% utilizam sempre, e 40,1% afirmaram que nunca utilizam o crediário como forma de pagamento em suas aquisições. Em uma análise mais abrangente verificou-se que 40,1% nunca utilizaram o crediário como

modalidade de pagamento para suas compras, enquanto que 43,4% dos entrevistados têm por hábito utilizar o crediário na efetividade de suas compras. Esta prática demonstra a influência que esta possibilidade tem no comprometimento da renda das famílias.

Quanto à utilização de cheque pré-datado como forma de pagamento de compras, 2,2% afirmaram que o utilizam sempre; 2,2% raramente o utilizam; 2,7% quase sempre; 5,0% quase nunca, e 87,9%

nunca utilizam. Demais percentuais de outras modalidades relacionadas à pesquisa se encontram no intermédio destes extremos com pouca significância. Percebeu-se que o uso do cheque está ficando menos usual, visto que maioria dos participantes nunca ou pouco utiliza desta modalidade para pagar suas contas/dívidas/compras, pois cada vez mais, menor percentual é adepto desta modalidade.

Tabela 2 – Formas de Pagamento utilizadas pelos participantes do estudo (N = 190).

	Nunca	Quase nunca	Raramente	Quase sempre	Sempre
Cartão de débito	67,0%	3,3%	5,0%	19,2%	5,5%
Cartão de crédito	43,4%	3,3%	7,7%	17,6%	28,0%
Crediário	40,1%	7,7%	8,8%	21,4%	22,0%
Cheque pré-datado	87,9%	5,0%	2,2%	2,7%	2,2%
À vista	23,0%	19,8%	11,0%	19,8%	26,4%

Fonte: dados da pesquisa.

No que tange à utilização de dinheiro na compra de bens duráveis¹, 11% declararam que raramente o utilizam; 19,8% quase nunca; 19,8% quase sempre utilizam; 23% nunca utilizam e 26,4% responderam que sempre pagam suas aquisições à vista. Também, em uma análise mais abrangente, percebeu-se que a maioria dos participantes tem por hábito realizar seus pagamentos com dinheiro em espécie, à vista, o que totaliza um percentual de 46,2% dos entrevistados.

Na sequência, na tabela 3, são apresentados um conjunto de informações originadas das entrevistas demonstrando o valor das dívidas, dívidas vencidas, tempo necessário para o pagamento, motivo do

atraso do pagamento das dívidas, origem das dívidas e maneiras para solucioná-las. Questionados a respeito do valor estimado das dívidas a vencer, 1,8% dos entrevistados responderam que a dívida a vencer está entre o montante de R\$ 3.153,00 a R\$ 4.728,00; 7,1% responderam que a dívida varia de R\$ 4.729,00 a R\$ 6.304,00; 10,6% responderam que a dívida esta entre R\$ 1.577,00 a R\$ 3.152; 17,7% a dívida se encontra entre os montantes de R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00; para 18,6% a dívida é maior que R\$ 6.305,00, e para 44,2% responderam possuir uma dívida menor que R\$ 788,00. Em uma análise mais abrangente percebe-se que maior parte da amostra pesquisada tem dívidas com montantes baixos.

Quando questionados se os participantes possuíam dívidas vencidas, a maioria (84,6%) respondeu que não e 15,4% que sim. Quanto às dívidas vencidas e seus valores: 3,6% dos entrevistados responderam

¹ “Os bens de consumo duráveis são aqueles que têm um ciclo de vida e uso, junto ao consumidor, durante um período razoável de tempo, não sendo consumidos ou sofrendo um desgaste imediato. Exs: automóvel, televisor, geladeira etc.” (PAGNANI, 2004, p. 3).

que as dívidas estão entre R\$ 4.729,00 a R\$ 6.304,00; 3,6% que as dívidas estão entre R\$ 1.577,00 a R\$ 3.152,00; 14,3% que suas dívidas são maiores que R\$ 6.305,00; 21,4% que as dívidas oscilam entre R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00; e 57,1% que o valor da dívida não ultrapassa R\$ 788,00.

No que tange ao tempo estimado para saldar suas dívidas, 3,6% dos entrevistados estimaram levar de 10 a 12 meses para sua liquidação; 3,6% estimaram de 7 a 9 meses; 17,8% um período de 4 a 6 meses; 21,4% um tempo superior há 12 meses; e 53,6% disseram serem necessários de 1 a 3 meses para quitarem suas dívidas. Sobre como pretendiam saldar suas dívidas, 3,6% disseram que buscarão empréstimos bancários; 3,6% afirmaram que pretendem utilizar empréstimo com suas famílias; 7,1% pretendem usar outros meios não apresentados nesta pesquisa; 40,7% declararam não saber como irão saldar suas dívidas; e 45% alegaram que pretendem aumentar os rendimentos mensais como estratégia para pagar suas dívidas.

Relativo ao principal motivo pelo qual atrasaram o pagamento de suas dívidas, 3,6% disseram que foi devido ao aumento do consumo; 3,6% afirmaram que foram outros motivos; 7,1% informaram que foram as elevadas taxas de juros cobradas; 10,7% afirmaram que foi a facilidade do acesso e a liberação ao crédito; 32,1% relataram a falta de planejamento ou a desorganização financeira; e 42,9% relacionaram ao desemprego ou à queda de suas rendas.

Sobre a origem das suas dívidas, 3,6% declararam que s foi motivada pelo financiamento de veículos; 3,6% devido à realização e à concessão de empréstimos para parentes ou amigos; 14,3% por alguma outra razão não especificada na pesquisa; 21,4% foi devido a empréstimo bancário ou cheque especial; 21,4% responderam ser o cartão de crédito, e 35,7% afirmaram que a

origem de seus descontroles financeiros é devido ao crediário em lojas.

Na sequência da pesquisa os entrevistados foram perguntados se haviam procurado seus credores ou outros meios para solucionar seus problemas financeiros. Desses, 3,6% afirmaram ter procurado o Juizado Especial Civil; 3,6% alegaram ter procurado o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON)² ou outros órgãos de proteção do consumidor; 10,8% informaram ter buscado amparo através de outros meios; 38% alegaram não ter tentado resolver seus problemas e 43% garantiram ter procurado o próprio credor ou banco visando chegar a um consenso de negociação. Esta situação encontrada pela maioria, oriunda de descontroles de gastos remete a problemas a serem resolvidos. Certamente com incisões profundas em receitas visando aportar valores para saldar compromissos contratados num passado recente.

² “É um órgão da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e tem como objetivo informar, defender e orientar os consumidores na busca de solução para qualquer problema de consumo” (PROCON, 2012, p. 1).

Tabela 3 – Formas utilizadas para saldar as dívidas.

	Menos de R\$ 788,00	De R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00	R\$ 1.577,00 a R\$ 3.152,00	R\$ 3.153,00 a R\$ 4.728,00	R\$ 4.729,00 a R\$ 6.304,00	Mais de R\$ 6.305,00
Valor estimado das dívidas.	44,2%	17,7%	10,6%	1,8%	7,1%	18,6%
	Sim			Não		
Possui dívidas vencidas.	15,4%			84,6%		
	Menos de R\$ 788,00	De R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00	R\$ 1.577,00 a R\$ 3.152,00	R\$ 3.153,00 a R\$ 4.728,00	R\$ 4.729,00 a R\$ 6.304,00	Mais de R\$ 6.305,00
Valor das dívidas vencidas.	57,1%	21,4%	3,6%	0%	3,6%	14,3%
	1 a 3 meses	4 a 6 meses	7 a 9 meses	10 a 12 meses	Mais de 12 meses	
Finalização do pagamento das dívidas.	53,6%	17,8%	3,6%	3,6%	21,4%	
	Aumentar os rendimentos mensais.	Empréstimo junto a família.	Empréstimo bancário.	Outros meios não apresentados nesta pesquisa.	Não sabe como irá saldar as dívidas.	
Como pretende saldar as dívidas.	45%	3,6%	3,6%	7,1%	40,7%	
	Desemprego ou queda de renda.	Facilidade de acesso ao crédito.	Alta propensão ao consumo.	Outros meios.	Elevadas taxas de juros.	Empréstimo bancário ou cheque especial.
Motivo pelo qual atrasou o pagamento das dívidas.	42,9%	10,7%	3,6%	3,6%	7,1%	32,1%
	Credenciário de lojas.	Cartão de crédito.	Empréstimos para parentes e amigos.	Financiamento de veículos.	Outros motivos não especificados.	Empréstimo bancário ou cheque especial.
Origem das dívidas dos participantes.	35,7%	21,4%	3,6%	3,6%	14,3%	21,4%
	Não tentaram resolver seus problemas.	Procuraram o Juizado Especial Civil	Procurou o PROCOM ou outros órgãos de proteção ao consumidor.	Buscaram amparo através de outros meios.	Procuraram o próprio credor para renegociar as dívidas.	
Busca outras maneiras para solucionar seus problemas.	38%	3,6%	3,6%	10,8%	43%	

Fonte: dados da pesquisa.

5 CONCLUSÕES

O estudo buscou analisar a propensão ao endividamento das famílias santa-rosenses, identificando o comportamento em relação ao uso do dinheiro. Esta pesquisa e suas análises corroboraram com o levantamento realizados pelo PEIC, e pelo mapeamento realizado por Bortoluzzi *et al.* (2015), ao analisarem a situação de endividamento do consumidor brasileiro no período de 2011-2014. A pesquisa em questão respaldou os estudos ao demonstrar a influência da escolaridade e da renda familiar na tomada de decisões de consumo e de propensão ao endividamento.

Percebe-se uma correlação sobre a renda dos participantes da pesquisa em relação ao seu endividamento, 78% das famílias pesquisadas recebem um montante mensal de até R\$ 3.152,00, enquanto que do total dos entrevistados, 84,6% possuem dívidas vencidas. Logo na mesma análise percebeu-se que a maior parte da amostra selecionada possui ensino médio e fundamental, ou seja, uma baixa escolaridade, o que certamente é um dos fatores determinantes para o descontrole financeiro, levando para a falta de planejamento corroborando para o grau de endividamento.

Foi possível verificar que as principais modalidades de pagamentos utilizadas pela população santa-rosense é a dinheiro com pagamento a vista, a segunda modalidade mais utilizada é o pagamento por meio de cartão de crédito, na sequencia aparece o crediário através das lojas. A maioria dos participantes dificilmente utiliza o cartão de débito em seus pagamentos assim como não utilizam cheque pré-datado. Estas práticas estão cada vez mais em desuso devido não proporcionar segurança no momento dos pagamentos aos credores.

Percebe-se que o crédito é uma ferramenta econômica capaz de permitir o adiantamento do poder de compra, gerando expansividade das atividades de mercado, porém com o crédito facilitado nos últimos anos fez com que o poder de compra das famílias aumentasse levando-as ao descontrole e conseqüentemente ao endividamento.

O maior acesso ao crédito pode trazer benefícios para o consumidor, como uma melhor qualidade de vida, mas em determinado nível o devedor pode não conseguir arcar com suas obrigações.

Entre os principais motivos no atraso das dívidas considerados pelos participantes está a falta de planejamento, na sequencia aparece o desemprego e/ou queda de renda. Como soluções para esse cenário poderiam surgir medidas para melhor planejamento orçamentário das famílias, bem como a educação financeira.

Como fragilidades visando percebeu-se poucos estudos existentes que contemplam as temáticas sobre endividamento familiar e planejamento e orçamento familiar. Sendo assim, sugerem-se estudos e pesquisas futuras sob a ótica qualitativa voltada a percepção sobre as causas e motivos que levam ao endividamento e à falta de planejamento familiar e as formas de uso do dinheiro.

REFERÊNCIAS

- ARTIFON, Simone; PIVA, Maristela. Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo. *Psicologia Pt.* p.1-41, 2014.
- BECKER, Gisele Patrícia; SEIBERT, Rosane Maria; WBATUBA, Berenice Beatriz Rossner, SALLA, Neusa Maria da Costa Gonçalves. A inadimplência empresarial em instituições bancárias: um estudo de caso em cobrança terceirizada.

Pensar Contábil. Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 24-35, 2016.

BENFICA, Alex. *O que significa pagamento em espécie?*. Crédito ou Débito. 2012a. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg105p.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BENFICA, Alex. *Cartão de Débito: entenda como funciona?* Crédito ou Débito. 2012b. Disponível em: <<https://www.creditooudebito.com.br/cartao-de-debito-entenda-como-funciona/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BENFICA, Alex. *Crédito Rotativo do Cartão de Crédito: como funciona?* Crédito ou Débito. 2014. Disponível em: <<https://www.creditooudebito.com.br/credito-rotativo-cartao-credito-como-funciona/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BERTÉ, Ana Maria de Aveline, LEMOS, Bruno de Oliveira; TESTA, Gazieli; ZANELLA, Marco Antônio Rey; OLIVEIRA, Suzana Beatriz de. *Perfil Socioeconômico COREDE Fronteira Noroeste*. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134130-20151117101627perfis-regionais-2015-fronteira-noroeste.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRAIDO, Gabriel Machado. Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul. *ESTUDO & DEBATE*. Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Economia Brasileira em Perspectiva*. 18 ed. 2013.

BORGES, Paulo Roberto Santana. Educação financeira e sua influência no comportamento do consumidor no mercado de bens e serviços. *Vº Encontro de Produção Científica e Tecnológica (EPCT)*. Campo Mourão, PR, p.1-12, 2010.

BORTOLUZZI, Daiéane Antonini; BOLIGON, Juliana Andreia Rüdell; HOLLVEG, Scheila Daiana Severo; MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. *PERSPECTIVA*. Erechim. v. 39, n.146, p. 111-123, 2015.

CAMPOS, Ana Cristina. *IBGE: 1% da população ganha 36 vezes a renda média da metade mais pobre*. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/ibge-1-da-populacao-ganha-36-vezes-renda-media-da-metade-mais-pobre>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Percentual de famílias endividadas aumenta em julho de 2017. 2017. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_julho_2017.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Percentual de famílias com contas em atraso aumenta, pela primeira vez no ano, em março de 2018. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_marco_2018.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

FLORES, Sílvia Amélia Mendonça. *Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento: uma análise de fatores comportamentais*. 2012. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Administração - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 192 f, 2012.

FRAGA, Érica; FAGUNDES, Álvaro. *Brasileiro tem pela 1 vez poder de compra menor do que chinês*. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1913381-brasileiro-tem-pela-1-vez-poder-de-compra-menor-do-que-chines.shtml>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

FREIRE, Antonio Rodrigo Candido. *O Cheque e a inoponibilidade ao terceiro de boa fé*. *Boletim Jurídico*. 2011. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/m/texto.asp?id=2341>>. Acesso em: 21 set. 2017.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM). *Publicação IFDM 2018 – Ano base 2016*. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades. 2010*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativa populacional 2018*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

KARSAKLIAN, Eliane. *Comportamento do consumidor*. 2. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

LAFUENTE, Carol. *Como e quando surgiu o cartão de crédito*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://blog.stone.com.br/como-e-quando-surgiu-o-cartao-de-credito/>>. Acesso em: 22 set. 2017.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 263-292, 2015.

MERESSI, Fernando Sertã; SOUZA E SILVA, Maria de Fátima. Mobilidade socioeconômica no Brasil, padrão de consumo e conflitos socioambientais. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 1 (56), p. 87-108, 2016.

MIRANDA, Maria Bernadete. Aspectos jurídicos do contrato de cartão de crédito.

Revista Virtual Direito Brasil. V. 4, n. 1, p. 1-13, 2010.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. *Texto para discussão nº 856: padrão de consumo, distribuição de renda e o meio ambiente no Brasil*. Rio de Janeiro. IPEA: 2002.

PAGNANI, Éolo Marques. *Os produtos bens e suas relações com a mercadologia*. Universidade Federal de Campinas - UNICAMP. Campinas, 2004. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/CTAE_CD2/produtos_bens_relacoes_mercadologia.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

PAIM, Brum. Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional. *Indicadores Econômicos FE*. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 9-24, 2015.

PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (PEIC). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC*. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2018/07/2018-jun-PEIC-RS.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA. *Município*. Disponível em: <<http://www.santarosa.rs.gov.br/municipio.php#economia>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; FILHO, Reisoli Bender. Modelando a propensão ao endividamento: os fatores comportamentais e socioeconômicos são determinantes?. *Revista Facultad de Ciencias Económicas*. v. 24, n.2, p.85-110, 2016.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON). *O que é PROCON?*. Folder Informativo. Paraná, 2012. Disponível em: <http://www.procon.pr.gov.br/arquivos/File/Folder_Procon_revisado_site.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 126, p. 340-359, 2016.

RICHINS, Marsha L.; DAWSON, Scott. A consumer values orientation for materialism and its measurement: scale development and validation. *Journal of Consumer Research*. v.19, p. 303-316, 1992.

RICHINS, Marsha L. The material values scale: a re-inquiry into its measurement properties and the development of a short form. *Journal of Consumer Research*. v.31, p. 209-219, 2004.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; CALLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. *Metodologia de pesquisa*. 5ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). *O preço e a influência na escolha do tipo de pagamento*. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-preco-e-a-influencia-na-escolha-do-tipo-do-pagamento,224ad1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SILVA, Jônatas Rodrigues da. *O que é um pagamento à vista?*. Efetividade - Finanças. 2013. Disponível em: <<http://www.efetividade.blog.br/o-que-e-um-pagamento-a-vista/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SILVA, Luis Fernando Soares da; VIEIRA, Valter Afonso; FAIA, Valter da Silva.

Fatores determinantes do endividamento e da inadimplência associados à propensão de falência da pessoa física. *Análise: Revista de Administração da PUCRS*. Porto Alegre, v. 23, n. 3, 2012.

THIER, Daniela. *Endividamento Familiar*. Fatores Psicossociais, SESI/RS e GMAP - UNISINOS. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://gmap.unisinos.br/wiki-ssst/fatores-psicossociais/endividamento-familiar/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

VALENTE, Gabriela. *Endividamento das famílias bate recorde: 43,99% da renda*. Maio 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/endividamento-das-familias-bate-recorde-4399-darenda-8516655>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

VIEIRA, Kelmara Mendes; FLORES, Silvia Amélia Mendonça; CAMPARA, Jéssica Pulino. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. *Teoria e Prática em Administração*. v. 4 n. 2, p. 180-205, 2014.

VIEIRA, Ana Luiza Brenke Diniz; ROMA, Carolina Magda da Silva; FERREIRA, Bruno Perez. O custo do crédito pessoal em relação ao nível de endividamento das famílias brasileiras e à taxa de juros SELIC. *Revista Economia & Gestão*. v. 14, n. 36, 2014.

ZAMBERLAN, Luciano. et al. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*. Ijuí: Ed. Unijuí. 2014. 208 p.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. *Estudo sobre as razões para a população de baixa renda*. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Administração) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOBRE OS AUTORES

Claudio Edilberto Höfler

Doutor em Administração, Mestre em Gestão Pública pela Universidad Nacional de Misiones/AR (UNaM), Especialista em Marketing e Bacharel em Administração pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Santa Rosa. Contato: claudio.hofler@iffarroupilha.edu.br

Marco Antonio da Costa Malheiros

Doutorando em Administração pela Universidad Nacional de Misiones/AR, Mestre em Administração pela Universidade de Santa Cruz do Sul/RS, Especialista em Docência na Educação Profissional de Nível Técnico pela AVM Faculdade Integrada/SP e Bacharel em Administração pela Universidade Regional Integrada (URI/RS). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Jaguari. Contato: marco.malheiros@iffarroupilha.edu.br

Nuvea Kuhn

Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo, MBA em Gestão de Pessoas, Bacharela em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Docente do Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa. Contato: nuvea.kuhn@iffarroupilha.edu.br

Luiz Ariel de Oliveira Tibola

Graduando em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Santa Rosa. Bolsista de Iniciação Científica. Contato: luiz-ariel-oliveira@hotmail.com